



ERRATA 01 - EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA, 09 DE NOVEMBRO DE 2018

Retifica e complementa o Edital do Processo Seletivo Público nº 001/2018 do Município de Lagoa Santa, publicado em 31 de outubro de 2018.

O Município de Lagoa Santa e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) tornam públicas aos interessados a retificação e a complementação do Edital do Processo Seletivo Público nº **01/2018**, cujas alterações estão elencadas a seguir:

1. Alteram-se os itens 9.2.2 e 9.2.6:

ONDE SE LÊ:

9.2.2. A Prova Objetiva constará de um total de 30 (trinta) questões objetivas de múltipla escolha para as funções de nível de nível médio, médio técnico e superior.

LEIA-SE:

9.2.2. A Prova Objetiva constará de um total de 30 (trinta) questões objetivas de múltipla escolha para as funções de nível de nível médio, 35 (trinta e cinco) questões objetivas de múltipla escolha para médio técnico e 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha para superior.

ONDE SE LÊ

9.2.6. Será considerado aprovado na Prova Objetiva o candidato que obtiver no mínimo 60% (cinquenta por cento) de acerto no total das questões.

LEIA-SE:

9.2.6. Será considerado aprovado na Prova Objetiva o candidato que obtiver no mínimo 60% (sessenta por cento) de acerto no total das questões.

2. Altera-se a Habilitação do cargo de PSICOPEDAGOGO:

ONDE SE LÊ

Nível Superior, com formação em psicopedagogia e registro no conselho de classe

LEIA-SE:

Licenciatura Plena ou Curta em conteúdo específico da educação básica ou Pedagogia Educacional ou Graduação em Psicologia ou Normal Superior, acrescido de curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia.



ERRATA 01 - EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA, 09 DE NOVEMBRO DE 2018

3. O Anexo III do Edital do PSP nº 001/2018 da Prefeitura de Lagoa Santa, de 30 de outubro de 2018, fica acrescido do programa e referências bibliográficas para os cargos de Agente de Controle de Endemias, Educador em Saúde, Pedagogo e Médico da Família e Comunidade Pediatra nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

CARGO: AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS

SAÚDE PÚBLICA

PROGRAMA

Princípios e Diretrizes do SUS; Participação Popular e Controle Social; Programa Nacional de Humanização; Processo de territorialização e vigilância em saúde; Controle e monitoramento de doenças infecciosas e transmissíveis; Prevenção e controle de zoonoses; Política Nacional da Atenção Básica; Redes de Atenção à saúde; Atenção domiciliar; Legislação Municipal.

REFERÊNCIA:

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Capítulo II da Seguridade Social Seção II. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de Setembro de 2017, Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria- Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. –

Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília:Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/img/07_jan_portaria4279_301210.pdf

Brasil. Presidência da República. Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7508.htm

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de atenção domiciliar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção



ERRATA 01 - EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA, 09 DE NOVEMBRO DE 2018

Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em:
http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/cad_vol1.pdf

Minas Gerais. Prefeitura de Lagoa Santa. Lei nº 3.242, de 16 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o estatuto dos servidores

públicos do município de lagoa santa, de suas autarquias e fundações públicas e dá outras providências. Disponível em: <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/servidor/estatuto-do-servidor/file/4412>

Minas Gerais. Prefeitura de Lagoa Santa. Decreto 3652 de 08 de agosto de 2018. Reorganiza as regiões de saúde do Município de Lagoa Santa e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/legislacao-decretos/category/312-2018-decretos?limit=10&start=10>

LEIA-SE:

CARGO: AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS

SAÚDE PÚBLICA

PROGRAMA

Princípios e Diretrizes do SUS; Participação Popular e Controle Social; Programa Nacional de Humanização; Processo de territorialização e vigilância em saúde; Controle e monitoramento de doenças infecciosas e transmissíveis; Prevenção e controle de zoonoses; Política Nacional da Atenção Básica; Redes de Atenção à saúde; Atenção domiciliar; Legislação Municipal.

REFERÊNCIA:

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Capítulo II da Seguridade Social Seção II. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_prevencao_controle_zoonoses.pdf

Brasil. Presidência da República. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 1990. Seção 1. p. 18055. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm

Brasil. Presidência da República. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1990. p. 25694. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm



ERRATA 01 - EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA, 09 DE NOVEMBRO DE 2018

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de atenção Básica. Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único De Saúde (SUS).– Brasília: Ministério da Saúde, 2017. disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria- Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/img/07_jan_portaria4279_301210.pdf

Brasil. Presidência da República. Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7508.htm

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de atenção domiciliar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/cad_vol1.pdf

Minas Gerais. Prefeitura de Lagoa Santa. Lei nº 3.242, de 16 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de lagoa santa, de suas autarquias e fundações públicas e dá outras providências. Disponível em: <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/servidor/estatuto-do-servidor/file/4412>

Minas Gerais. Prefeitura de Lagoa Santa. Decreto 3652 de 08 de agosto de 2018. Reorganiza as regiões de saúde do Município de Lagoa Santa e dá outras providências. Disponível em: <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/legislacao-decretos/category/312-2018-decretos?limit=10&start=10>

ONDE SE LÊ:

CONHECIMENTO ESPECÍFICOS: PEDAGOGO

A formação de professores. A prática pedagógica: construção curricular, planejamento, métodos, avaliação, relacionamentos sociais na escola, organização do trabalho pedagógico. As concepções de aprendizagem e as práticas pedagógicas. Avaliação da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Constituição da República Federativa do Brasil: Título II, Capítulos I a IV; Título III, Capítulos I, II, III, IV e VII, e Título IV. Construção e implementação do Projeto Político Pedagógico da escola. Educação inclusiva. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.



ERRATA 01 - EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA, 09 DE NOVEMBRO DE 2018

Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. Filosofia, sociologia e história da educação. Gestão democrática na escola. Interação escola-família. Legislação educacional. Lei Orgânica do Município de Lagoa Santa/MG. Art. 13 e parágrafo único, artigo 83 parágrafos 1º ao 6º; artigo 87; Subseção VI – artigo 88, parágrafos 1º e 2º; artigo 135; artigo 139; artigo 140 e artigo 141. Novas tecnologias na educação. O papel do pedagogo na organização do trabalho pedagógico na escola. Projeto Alfalettrar (alfabetização, letramento e formação docente): princípios, diretrizes, metodologia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: de 05 de outubro de 1988. Título II, Capítulos I a IV; Título III, Capítulos I, II, III, IV e VII, e Título IV. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Em especial, os artigos 21, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38 e 61. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 15 out. de 2015.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema de

Avaliação da Educação Básica – SAEB – e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica>>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.



ERRATA 01 - EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA, 09 DE NOVEMBRO DE 2018

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Nota Técnica SEESP/GAB n. 19/2010, de 08 de setembro de 2010. Profissionais de Apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados em escolas comuns da rede pública de ensino. Disponível em: < https://pt.slideshare.net/Vania_Porto/nota-tecnica-19-2010-mecseespgab1>. Acesso em: 16 out. 2018.

CANDAU, Vera Maria. Escola, inclusão social e diferenças culturais. In: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. UNICAMP, Campinas, 2012. Disponível em:

<http://www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/0019s.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

CARRARA, Kester (Org.) Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2008.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (Orgs). Interação escola-família: subsídios para práticas escolares.

Brasília: UNESCO, MEC, 2009. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001877/187729por.pdf>>. Acesso em: 15 out. 201.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca – Espanha. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 15 out. 2018.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

ESTANISLAU, G.M.; BRESSAN, R.A. (Org). Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber. Porto Alegre: Artmed; 2014.

LAGOA SANTA (MG). Decreto n. 3.307, de 15 de março de 2017. Estabelece critérios para atendimento de alunos no Programa Educação Integral em Tempo Integral. Disponível em: <

<https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/legislacao-decretos/category/283-2017-decretos?limit=10&start=190>>. Acesso em: 16 de out. 2018.

_____. Lei municipal n. 3163 de 07 de junho de 2011. Dispõe sobre a inclusão de medidas de

conscientização, prevenção e combate ao bullying no Projeto Pedagógico das escolas. Disponível em:<

<https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/legislacao-leis/category/99?limit=10&start=70>>. Acesso em: 16 de out. de 2018.

_____. Lei municipal n. 3357 de 28 de dezembro de 2012. Institui o Programa de Educação Integral em Tempo Integral, altera o Projeto de Educação em Tempo Integral e estabelece normas para seu funcionamento. Disponível em:< <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/legislacao-leis/category/181>>. Acesso em: 16 de out. de 2018.

_____. Lei orgânica do município de Lagoa Santa/MG, de 04 de maio de 1990. Art. 13 e parágrafo único, artigo 83 parágrafos 1º ao 6º; artigo 87; Subseção VI - artigo 88, parágrafos 1º e 2º; artigo 135; artigo 139; artigo 140 e artigo 141. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a1/lei-organica-lagoa-santa-mg>>. Acesso em: 16 de out. de 2018.



ERRATA 01 - EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA, 09 DE NOVEMBRO DE 2018

LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis: Vozes, 2006

LUCKESI, Cipriano. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1994.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE. Disponível em: < <http://www.simave.caedufjf.net/>>. Acesso em: 16 out.

2018.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEE n. 2197, de 26 de outubro de 2012. Dispõe sobre a organização e funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências e suas alterações. Disponível em: < <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2197-12-r.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018

_____. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEE nº 2843, de 13 de janeiro de 2016. Dispõe sobre a organização e funcionamento da Educação de Jovens e Adultos/EJA – cursos presenciais, nas escolas da rede pública estadual de MG. Disponível em: < <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2843-16-r.pdf> >. Acesso em: 16 de out. de 2018.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. Ofício Circular n. 211/2014 - Orienta sobre a operacionalização da progressão parcial, dos estudos independentes e de outros dispositivos previstos na Resolução SEE Nº 2197/2012. Disponível em: < <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxiYWp1cnVqb2dvczR8Z3g6ZjA3ZjY0ODdjMThjNGNm>>. Acesso em: 16 out. 2018.

MIZUKAMI, Maria das Graças N°. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

MORAN, José Manoel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 16. ed. São Paulo: Papirus, 2009.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

ORTEGA, Rosario; DEL REY, Rosario. Estratégias educativas para a prevenção da violência. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em:< <http://www.ucb.br/sites/100/127/documentos/livro2.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PROJETO ALFALETRAR. Disponível em:< www.alfaletrar.org.br >. Acesso em: 16 de out. de 2018.

RANGEL, Mary. (Org). Supervisão pedagógica: princípios e práticas. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2005.

SANMARTÍ, Neus. Avaliar para aprender. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SAVIANI, Dermeval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. Campinas, SP: 2005. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html> Acesso em: 16 out. 2018.



ERRATA 01 - EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA, 09 DE NOVEMBRO DE 2018

SILVA JUNIOR, Celestino Alves da; RANGEL, Mary. Nove olhares sobre a supervisão. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

STERNBERG, Robert J.; GRIGORENKO, Elena L. Inteligência plena: ensinando e incentivando a aprendizagem e a realização dos alunos. Porto Alegre: Artmed, 2003.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 16. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

VEIGA, Ilma Passos. Repensando a didática. São Paulo: Campinas, Papyrus, 1993.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LEIA-SE:

CONHECIMENTO ESPECÍFICOS: PEDAGOGO PROGRAMA

A formação de professores. A prática pedagógica: construção curricular, planejamento, métodos, avaliação, relações sociais na escola, organização do trabalho pedagógico. As concepções de aprendizagem e as práticas pedagógicas. Avaliação da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Constituição da República Federativa do Brasil: Título II, Capítulos I a IV; Título III, Capítulos I, II, III, IV e VII, e Título IV. Construção e implementação do Projeto Político Pedagógico da escola. Educação inclusiva. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. Filosofia, sociologia e história da educação. Gestão democrática na escola. Interação escola-família. **A relação com a família do paciente. Avaliação diagnóstica do paciente. Dificuldade de aprendizagem. O lúdico na construção do conhecimento pela criança.** Legislação educacional. Lei Orgânica do Município de Lagoa Santa/MG. Art. 13 e parágrafo único, artigo 83 parágrafos 1º ao 6º; artigo 87; Subseção VI – artigo 88, parágrafos 1º e 2º; artigo 135; artigo 139; artigo 140 e artigo 141. Novas tecnologias na educação. O papel do pedagogo na organização do trabalho pedagógico na escola. Projeto Alfalettrar (alfabetização, letramento e formação docente): princípios, diretrizes, metodologia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: de 05 de outubro de 1988. Título II, Capítulos I a IV; Título III, Capítulos I, II, III, IV e VII, e Título IV. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Portal da Legislação: Decretos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 08 out. 2017.

_____. Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 15 out. 2018.



ERRATA 01 - EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA, 09 DE NOVEMBRO DE 2018

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Em especial, os artigos 21, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38 e 61.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 15 out.2015.

_____. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 15 out. de 2015.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB – e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica>>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Nota Técnica SEESP/GAB n. 19/2010, de 08 de setembro de 2010. Profissionais de Apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados em escolas comuns da rede pública de ensino. Disponível em: < https://pt.slideshare.net/Vania_Porto/nota-tecnica-19-2010-mecseespgab1>. Acesso em: 16 out. 2018.

CANDAU, Vera Maria. Escola, inclusão social e diferenças culturais. In: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. UNICAMP, Campinas, 2012. Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/0019s.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

CARRARA, Kester (Org.) Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2008.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (Orgs). Interação escola-família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001877/187729por.pdf>>. Acesso em: 15 out. 201.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca – Espanha. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 15 out. 2018.



ERRATA 01 - EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA, 09 DE NOVEMBRO DE 2018

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

ESTANISLAU, G.M.; BRESSAN, R.A. (Org). Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber. Porto Alegre: Artmed; 2014.

LAGOA SANTA (MG). Decreto n. 3.307, de 15 de março de 2017. Estabelece critérios para atendimento de alunos no Programa Educação Integral em Tempo Integral. Disponível em: < <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/legislacao-decretos/category/283-2017-decretos?limit=10&start=190>>. Acesso em: 16 de out. 2018.

_____. Lei municipal n. 3163 de 07 de junho de 2011. Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao bullying no Projeto Pedagógico das escolas. Disponível em: < <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/legislacao-leis/category/99?limit=10&start=70> >. Acesso em: 16 de out. de 2018.

_____. Lei municipal n. 3357 de 28 de dezembro de 2012. Institui o Programa de Educação Integral em Tempo Integral, altera o Projeto de Educação em Tempo Integral e estabelece normas para seu funcionamento. Disponível em: < <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/legislacao-leis/category/181>>. Acesso em: 16 de out. de 2018.

_____. Lei orgânica do município de Lagoa Santa/MG, de 04 de maio de 1990. Art. 13 e parágrafo único, artigo 83 parágrafos 1º ao 6º; artigo 87; Subseção VI - artigo 88, parágrafos 1º e 2º; artigo 135; artigo 139; artigo 140 e artigo 141. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a1/lei-organica-lagoa-santa-mg>>. Acesso em: 16 de out. de 2018.

LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis: Vozes, 2006
LUCKESI, Cipriano. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1994.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE. Disponível em: < <http://www.simave.caedufjf.net/>>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEE n. 2197, de 26 de outubro de 2012. Dispõe sobre a organização e funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências e suas alterações. Disponível em: < <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2197-12-r.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018

_____. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEE nº 2843, de 13 de janeiro de 2016. Dispõe sobre a organização e funcionamento da Educação de Jovens e Adultos/EJA – cursos presenciais, nas escolas da rede pública estadual de MG. Disponível em: < <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2843-16-r.pdf> >. Acesso em: 16 de out. de 2018.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. Ofício Circular n. 211/2014 - Orienta sobre a operacionalização da progressão parcial, dos estudos independentes e de outros dispositivos previstos na Resolução SEE Nº 2197/2012. Disponível em: <

<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmxiYWp1cnVqb2dvczR8Z3g6ZjA3ZjY0ODdjMThjNGNm>>. Acesso em: 16 out. 2018.

FERNÁNDEZ, Alicia. A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artmed, 1990.



ERRATA 01 - EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA, 09 DE NOVEMBRO DE 2018

FERNÁNDEZ, Alicia. Os idiomas do aprendente: análise das modalidades ensinantes com famílias, escolas

MIZUKAMI, Maria das Graças N°. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

MORAN, José Manoel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 16. ed. São Paulo: Papirus, 2009.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

ORTEGA, Rosario; DEL REY, Rosario. Estratégias educativas para a prevenção da violência. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em: < <http://www.ucb.br/sites/100/127/documentos/livro2.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PROJETO ALFALETRAR. Disponível em: < www.alfaletrar.org.br >. Acesso em: 16 de out. de 2018.

RANGEL, Mary. (Org). Supervisão pedagógica: princípios e práticas. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2005.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. et al. Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SALVARI ,Lúcia de Fátima Carvalho; Dias, Cristina Maria de Souza Brito. Os problemas de aprendizagem e o papel da família: uma análise a partir da clínica. Estudos de Psicologia, Campinas, v.23, n.3 , p. 251-259 , julho – setembro, 2006.

SANMARTÍ, Neus. Avaliar para aprender. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SAVIANI, Dermeval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. Campinas, SP: 2005. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html> Acesso em: 16 out. 2018.

SILVA JUNIOR, Celestino Alves da; RANGEL, Mary. Nove olhares sobre a supervisão. 9. ed. Campinas: Papirus, 2003.

STERNBERG, Robert J.; GRIGORENKO, Elena L. Inteligência plena: ensinando e incentivando a aprendizagem e a realização dos alunos. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SMITH, Corinne; STRICK, Lise. Dificuldades de aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: Artmed, 2001.

STERNBERG, Robert J.; GRIGORENKO, Elena L. Inteligência plena: ensinando e incentivando a aprendizagem e a realização dos alunos. Porto Alegre: Artmed, 2003.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 16. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

VEIGA, Ilma Passos. Repensando a didática. São Paulo: Campinas, Papirus, 1993.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ONDE SE LÊ:



ERRATA 01 - EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA, 09 DE NOVEMBRO DE 2018

CONHECIMENTO ESPECÍFICOS: EDUCADOR EM SAÚDE

PROGRAMA

Conjunto de normas educacionais legais, leis e regulamentos, com instrução jurídica, relativas ao setor educacional, Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), ensino a distância e a didática no ensino superior, Tendências pedagógicas, a pedagogia liberal; o tecnicismo; os crítico-reprodutivistas; currículo, Educação inclusiva, avaliação de aprendizagem e a educação progressista. Metodologias de ensino. Tecnologias digitais. Processo Ensino aprendizagem e qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. Estrutura e Organização do Sistema Educacional, gestão e educação. Planejamento, execução e avaliação no ensino, elaboração de plano de curso. Avaliação dos processos de ensino aprendizagem, avaliação institucional na área de educação. Aspectos Éticos, Filosóficos e Sociológicos da Educação.

LEIA-SE:

CONHECIMENTO ESPECÍFICOS: EDUCADOR EM SAÚDE

PROGRAMA

Conjunto de normas educacionais legais, leis e regulamentos, com instrução jurídica, relativas ao setor educacional, Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), ensino a distância e a didática no ensino superior, Tendências pedagógicas, a pedagogia liberal; o tecnicismo; os crítico-reprodutivistas; currículo, Educação inclusiva, avaliação de aprendizagem e a educação progressista. Metodologias de ensino. Tecnologias digitais. Processo Ensino aprendizagem e qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. Estrutura e Organização do Sistema Educacional, gestão e educação. Planejamento, execução e avaliação no ensino, elaboração de plano de curso. Avaliação dos processos de ensino aprendizagem, avaliação institucional na área de educação. Aspectos Éticos, Filosóficos e Sociológicos da Educação, **Sistema Único de Saúde, Lei orgânica de saúde, legislações do Ministério da Saúde, noções e conceitos gerais em epidemiologia.**

- 1) Gordis. L. Epidemiologia. 4º ed. Editora Revinter, 2010.
- 2) ROUQUAYROL, M Z; SILVA M.G.C. Epidemiologia & Saúde. Editora Medici. 7ª edição, Editora MedBook, 2013

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria GM n.º 1.101, de 12 de junho de 2002. Estabelece os parâmetros assistenciais no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jun. 2002. Seção 1, p. 36.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria GM n.º 1.559, de 1º de agosto de 2008. Institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF. 2008.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria GM n.º 399, de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 fev. 2006. Seção 1, p. 43.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria SAS n.º 589, de 27 de dezembro de 2001. Implementa a Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade (CNRAC), com objetivo de organizar a referência Interestadual de Pacientes que necessitem de assistência hospitalar de alta complexidade. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de. 2001. Seção 1. p. 184.



ERRATA 01 - EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA, 09 DE NOVEMBRO DE 2018

- _____. Ministério da Saúde. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde NOB-SUS 93. Brasília, 1993.
- _____. Ministério da Saúde. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde NOB-SUS 96. Brasília, 1996.
- _____. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção às urgências. 2. ed. Brasília, 2004.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Descentralização da Gestão da Assistência. Regionalização da assistência à saúde: aprofundando a descentralização com equidade no acesso: Norma Operacional de Assistência à Saúde: NOAS/SUS 01/02 e Portaria MS/GM n.º 373, de 27 de fevereiro de 2002 e regulamentação complementar. Brasília, 2002.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Portaria SAS n.º 423, de 9 de Julho de 2002. Detalha as atribuições básicas inerentes a cada nível do governo no controle, regulação e avaliação da assistência à saúde no SUS. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jul. 2002. Seção 1. p. 74.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. Regulação no setor saúde: em direção aos seus fundamentos públicos. Brasília, 2004.
- _____. Presidência da República. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 1990. Seção 1. p. 18055.
- _____. Presidência da República. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1990. p. 25694.
- _____. Ministério da Saúde. Portaria N. 3.410/2013. Estabelece as diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) em consonância com a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP).
- Correia, L. M. Inclusão e Necessidades Educativas Especiais. Um guia para Educadores e Professores. (2ªed). (Coleção Necessidades Educativas Especiais). Porto: Porto Editora, 2008.
- Freire. P. Pedagogia do Oprimido. 17ª. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1987. 934p
- Freire. P. Pedagogia da Autonomia. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1996. 144p.
- GADOTTI, Moacir, 1941- História das ideias pedagógicas 8 Ed. São Paulo. Ática, 1999.
- LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58p.
- LUCKESI, Cipriano C. Planejamento, Execução e Avaliação no Ensino: a busca de um desejo. In: *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez, 1995.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola: teoria e prática* . 5ed. Goiânia: Alternativa, 2004.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2ª edição – São Paulo: Cortez, (Coleção magistério Série Formação do professor). 2013.



ERRATA 01 - EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA, 09 DE NOVEMBRO DE 2018

LIBANEO, José Carlos. Educação escolar: Políticas, estrutura e organização – 10ª edição. São Paulo: Cortez, 2012 (Coleção docência em formação: Saberes pedagógicos / coordenação Selma Garrido Pimenta)

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Sistema Estadual de Regulação Assistencial de Minas Gerais: SUS fácil MG. Belo Horizonte, 2006. 42 p.

PADILHA, P. R. *Planejamento dialógico – como construir o projeto político-pedagógico da escola*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2001.

Rossi. M.G.R. *et al.* Tecnologias Digitais. Desafios, possibilidades e relatos de experiências. Ed. Ibicit. Brasília, 2018.

ONDE SE LÊ:

MÉDICO DA FAMÍLIA E COMUNIDADE PEDIATRA

PROGRAMA:

Desenvolvimento infanto-juvenil. Classificação diagnóstica dos transtornos psiquiátricos. Epidemiologia, propedêutica e tratamento farmacológico e não farmacológico dos transtornos psiquiátricos na infância e adolescência. Exame clínico, neurológico e psiquiátrico e exames complementares em psiquiatria da infância e adolescência. Diagnóstico diferencial dos transtornos psiquiátricos da infância e adolescência e quadros relacionados a doenças sistêmicas. Psicofarmacologia na infância e adolescência.

REFERÊNCIAS

- 1- APA. Manual de diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais do DSM 5. Porto Alegre; Artmed; 2013.
- 2- IACAPAP - www.IACAPAP.ORG/IACAPAP-Textbook-of-child-and-adolescent-mental-health . Acesso em: 14 de outubro de 2018.
- 3- National Institute for Health and Care Excellence (NICE). Attention deficit hyperactivity disorder: diagnosis and management. London: The Institute; 2018. Disponível em: <https://www.nice.org.uk/guidance/ng87>. Acesso em: 14 de outubro de 2018.
- 4- National Institute for Health and Care Excellence (NICE). Depression in children and young people: identification and management. London: The Institute; 2005. Update: 2015. Disponível em: <https://www.nice.org.uk/guidance/cg28>. Acesso em: 14 de outubro de 2018.
- 5- National Institute for Health and Care Excellence (NICE). Psychosis and schizophrenia in children and young people: recognition and management. London: The Institute; 2013. Update: 2016. Disponível em: <https://www.nice.org.uk/guidance/cg155>. Acesso em: 14 de outubro de 2018.
- 6- Scottish Intercollegiate Guidelines Network (SIGN). Assessment, diagnosis and interventions for autism spectrum disorders. Edinburgh: SIGN; 2016. (SIGN publication no. 145). [June 2016]. Disponível em: <https://www.sign.ac.uk/sign-145-assessment,-diagnosis-and-interventions-for-autism-spectrum-disorders.html>. Acesso em: 14 de outubro de 2018.
- 7- Thapar A e cols (Ed). Rutter's Child and Adolescent Psychiatry, Sixth Edition. John Wiley & Sons, Ltd, 2015.

LEIA-SE:

CARGO: MÉDICO DA FAMÍLIA E COMUNIDADE PEDIATRA



ERRATA 01 - EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA, 09 DE NOVEMBRO DE 2018

PROGRAMA:

Versará sobre conhecimentos em pediatria, com nível de complexidade exigido ao pediatra geral. Pediatria ambulatorial, pediatria preventiva, pediatria neonatal, crescimento e desenvolvimento, doenças infecto-parasitárias, alergia e imunopatologia, doenças neurológicas e neuromusculares, doenças do aparelho digestivo, doenças do aparelho locomotor, doenças do aparelho respiratório, doenças do aparelho cardiovascular, doenças do trato digestório, doenças genéticas, doenças da pele e anexos.

REFERÊNCIA:

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, n. 33)

DUNCAN, BB et al. Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

FEIJO RB; COSTA COM; HAGEL LD; CRUZ NLA. Medicina Ambulatorial: Condutas de Atenção Primária Baseadas em Evidências.

SILVA L. TRATADO DE PEDIATRIA. SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. 4ª ed. Ed Manole- 2017

NELSON. Tratado de Pediatria - Richard E. Behrman, Hal B. Jenson, Robert Kliegman. 18ª Edição. Elsevier. 2009.

MANUAL DE NEONATOLOGIA - John P. Cloherty, Eric C. Eichenwald e Ann R. St Avery / Neonatologia - Fisiopatologia e Tratamento do Recém-nascido - Mary M.K. Seshia, Martha D., M.D. Mullett, Mhairi G. Macdonald

Semiologia Pediátrica - Rodrigues, Yvon Toledo. 3ª Edição; Guanabara Koogan, 2009

4. Ficam ratificadas as demais disposições do Edital do Processo Seletivo Público nº 001/2018, de 30 de outubro de 2018.

5. O Edital do Processo Seletivo Público nº 001/2018 será consolidado de forma a contemplar estas retificações e complementações.

6. Esta errata entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa Santa, 14 de novembro de 2018.

Rogério Avelar
Prefeito do Município de Lagoa Santa